



Trabalhando em defesa do Servidor

# **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS  
DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**EXERCÍCIO  
2018**

**Documento a ser analisado na Assembleia  
Geral de 5 de dezembro de 2019**

# PALAVRA DO CONSELHO FISCAL

Apresentamos o parecer do Conselho Fiscal em relação ao exercício financeiro do SISEPE-TO em 2018, onde encontrará a prestação de contas analisada, a posição do Conselho e também o relatório da Auditoria Contábil Externa Independente.

O Conselho Fiscal atua na fiscalização da gestão financeira do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins (SISEPE-TO), formado por servidores públicos efetivos e eleitos para a função entre os sindicalizados. Conforme o Estatuto do SISEPE-TO, artigo 35, o Conselho Fiscal tem que reunir, de forma ordinária bimestralmente,

independente de convocação, obedecendo o calendário anual elaborado por este na primeira reunião ordinária do ano, e extraordinariamente a qualquer tempo, para examinar livros, registros e documentos referentes as receitas e despesas do SISEPE-TO. Após a análise, o Conselho Fiscal emitirá um parecer a respeito.

Ressaltamos que o principal objetivo do Conselho Fiscal é zelar pela boa gestão das finanças e do patrimônio do SISEPE-TO, assegurado que as receitas da entidade sejam garantidas e as despesas ocorram de forma racional, cumprindo os objetivos do sindicato e as legislações

vigentes. Também atua em defesa da transparência das receitas e despesas do SISEPE-TO aos seus sindicalizados.

O Conselho Fiscal está sempre à disposição do sindicalizado que tenha interesse de acompanhar o trabalho, verificando a movimentação financeira do SISEPE-TO e solicitando esclarecimentos sobre os atos da gestão. Para entrar em contato basta enviar um e-mail para [conselhofiscal@sisepe-to.org.br](mailto:conselhofiscal@sisepe-to.org.br).

Encerramos este ano de 2019 e continuaremos juntos em 2020 e contamos com a participação ativa dos sindicalizados na construção do SISEPE-TO.

**Paulênio Azevedo Filho**  
Conselheiro Fiscal Efetivo –  
Presidente e relator

**Luis Sérgio Simão**  
Conselheiro Fiscal Efetivo –  
Licenciado

**Edir Pereira dos Santos**  
Conselheiro Fiscal Efetivo -  
Licenciado

**Vágner Castro Andrade Linhares**  
Conselheiro Fiscal Suplente – 1º Conselho Fiscal

**Sebastião Carlos Pereira da Silva**  
Conselheiro Fiscal Suplente – 2º Conselho Fiscal

## ENTENDA A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

Trata-se de uma demonstração contábil dos saldos das contas do SISEPE-TO em 31 de dezembro de 2018. Por isso é uma demonstração estática daquele momento, como se fosse um retrato. Comparando ao nosso dia a dia é como se fossem aqueles extratos bancários fornecidos aos clientes com os saldos findos em 31 de dezembro de cada ano.

### O QUE É DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DÉFICIT DO EXERCÍCIO?

É uma demonstração contábil que tem a finalidade de confrontar as receitas e despesas realizadas durante o exercício de 2018. Apura um déficit quando a diferença entre a receita e despesa é negativa, ou superávit quando a

diferença é positiva.

### O QUE É DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

É uma demonstração importante por ter o poder de apresentar se o sindicato está com capacidade de gerar caixa (reserva de dinheiro) e de qual fluxo o caixa está sendo gerado.

### O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL?

As demonstrações das mutações do patrimônio social têm por finalidade apresentar as alterações que ocorreram em determinado exercício no patrimônio social da empresa.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DESCRIÇÃO	2018	2017
	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>	<b>12.476.712,42</b>	<b>13.257.256,08</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>317.860,45</b>	<b>1.082.178,96</b>
<b>CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA</b>	<b>42.301,12</b>	<b>677.241,35</b>
CAIXA	60,43	60,43
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5,598,09	34,92
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	36.642,6	676.446,00
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	0,00	700,00
<b>CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>263.404,58</b>	<b>394.035,06</b>
MENSALIDADE A RECEBER	263.404,58	394.035,06
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>2.733,76</b>	<b>2.491,06</b>
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	2,226,79	1.847,24
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS/DIRIGENTES	125,47	643,82
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	381,5	0,00
<b>DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>	<b>9.420,99</b>	<b>8.411,49</b>
DESPESAS DE MESES SEGUINTE	9.420,99	8.411,49
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>12.158.851,97</b>	<b>12.175.077,12</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>8.786,17</b>	<b>3.661,75</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>8.786,17</b>	<b>3.661,75</b>
DEPÓSITOS JUDICIAIS	8.786,17	3.661,75
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2.292.505,09</b>	<b>2.290.824,15</b>
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	3.370,45	1.689,51
OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.289.134,64	2.289.134,64
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.857.591,73</b>	<b>1.879.294,24</b>
BENS E DIREITOS EM USO	1.710.779,29	1.659.582,34
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	883.734,36	883.734,36
(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	(736.921,92)	(664.022,46)
ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	7.999.968,98	8.001.296,98
<b>PASSIVO</b>	<b>12.476.712,42</b>	<b>13.257.256,08</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>177.432,28</b>	<b>178.652,39</b>
<b>FORNECEDORES</b>	<b>4.537,9</b>	<b>28.785,51</b>
<b>CARTÕES DE CRÉDITO/CONVÊNIOS A PAGAR</b>	<b>1.221,08</b>	<b>1.994,96</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>65.623,22</b>	<b>69.198,17</b>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	65.623,22	69.198,17
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>100.557,63</b>	<b>79.452,97</b>
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00	21.641,28
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	13.222,89	13.000,87
PROVISÕES	87.334,74	44.810,82
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>6.713,52</b>	<b>1.215,74</b>
CONTAS A PAGAR	0,00	97,50
SEGUROS	6713,52	1.118,24
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>67.824,66</b>	<b>56.447,16</b>
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>67.824,66</b>	<b>56.447,16</b>
PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	67.824,66	56.447,16
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.231.455,48</b>	<b>13.022.156,53</b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>11.301.895,83</b>	<b>10.860.217,54</b>
<b>RESERVAS / AVALIAÇÃO E AJUSTE PATRIMONIAL</b>	<b>1.710.898,18</b>	<b>1.780.983,22</b>
<b>SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS</b>	<b>(781.338,53)</b>	<b>380.955,77</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E DO DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018</b>	
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	
MENSALIDADE	2.584.266,07
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	559,91
PORTAL DA QUALIFICAÇÃO	2.451,97
	<b>2.587.277,95</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	
(-) DEVOLUÇÕES MENSALIDADE/CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	(-11.736,34)
	<b>(-11.736,34)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.575.541,61</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	
SEDE REGIONAL DE ARAGUAÍNA	(-303.487,08)
SEDE REGIONAL DE GURUPI	(-272.154,76)
SEDE REGIONAL DE PORTO NACIONAL	(-255.786,05)
SEDE REGIONAL DE TAGUATINGA	(-291.313,08)
SEDE REGIONAL DE PALMAS	(-192.828,31)
FUNDO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	(-27.071,00)
FUNDO DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA	(-207.970,45)
SEDE REGIONAL ARAGUATINS	(-63.400,63)
	<b>(-1.614.011,36)</b>
<b>SUPERÁVIT (DEFÍCIT) BRUTO</b>	<b>961.530,25</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	
DESPESAS COM PESSOAL	(-260.939,09)
ENCARGOS TRABALHISTAS - ADM	(-90.749,34)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(-12.140,09)
UNIDADE ADMINISTRATIVA - DESPESAS GERAIS	(-1.449.449,20)
DESPESAS FINANCEIRAS	(-6.394,14)
CONSELHO FISCAL	(-37.712,54)
	<b>(-1.857.384,40)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	
REVERSÃO DE PROVISÃO	1.298,28
	<b>1.298,28</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(-894.555,87)</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	7,66
JUROS POUPANÇA	69,17
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	15.768,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS	680,94
	<b>16.525,77</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	
PASSIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	(-11.377,50)
REVERSÃO DE ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	(-1.000,00)
CÓPIAS DE PROCESSOS ELEITORAIS	820,00
GANHO COM AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	61.516,16
SUPERÁVIT NA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	7.000,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS TRABALHISTAS	9.077,98
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS GERAIS	61,57
ATIVOS DE CONTINGENTES JUDICIAIS	30.593,36
	<b>96.691,57</b>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(781.338,53)</b>

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO EM 31 DE DEZ/2018</b>	
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
Valores Recebidos de Mensalidade	2.713.497,86
Valores Recebidos de Contribuição Compulsória	(-7.698,78)
Valores Recebidos Portal de Qualificação	2.451,97
Outras Receitas	32.094,30
Valores pagos na Unidade Administrativa	(-2.050.479,19)
Valores pagos na Delegacia Regional de Palmas	(-188.991,36)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaína	(-294.427,56)
Valores pagos na Delegacia Regional de Gurupi	(-260.686,69)
Valores pagos na Delegacia Regional de Porto Nacional	(-245.943,86)
Valores pagos na Delegacia Regional de Taguatinga	(-285.387,11)
Valores pagos na Delegacia Regional de Araguaína	(-63.124,63)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(-648.695,05)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(-648.695,05)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(-648.695,05)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Compras de imobilizado - Palmas	(-7.041,51)
Compras de imobilizado - Araguaína	(-359,9)
Aquisição de ações/cotas	(-1.680,94)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	22.768,00
Rendimento de Aplicação Financeira e Poupança	69,17
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.754,82
Redução nas Disponibilidades	(-634.940,23)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	677.241,35
<b>DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>42.301,12</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

<b>HISTÓRICO</b>	<b>PATRIMÔNIO</b>	<b>REAVALIAÇÃO</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>TOTAL</b>
Saldo em 31/12/2017	10.860.217,54	1.780.983,22	380.955,77	13.022.156,53
Aumento do Patrimônio Social	380.955,77		(380.955,77)	0,00
Resultado do Exercício			(781.338,53)	(781.338,53)
Incorporação de Reavaliação de Ativos	60.722,52	(70.085,04)		(9.362,52)
Saldo em 31/12/2018	11.301.895,83	1.710.898,18	(781.338,53)	12.231.455,48

Empresa: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS  
CNPJ: 26.752.436/0001-20

Folha: 0001  
Número livro: 0025

## CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

PALMAS, 31/12/2018

À SUPREMA CONTABILIDADE LTDA - ME CRC n.º 4814/O

Endereço: Quadra 110 SUL AV. JUSCELINO KUBITSCHEK, nº 0, PLANO DIRETOR SUL,  
CEP nº 77020-124 PALMAS, TO

Prezados Senhores:

Declaramos para os devidos fins, como administrador e responsável legal da empresa SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 26.752.436/0001-20, que as informações relativas ao período base 31/12/2018, fornecidas a Vossas Senhorias para escrituração e elaboração das demonstrações contábeis, obrigações acessórias, apuração de impostos e arquivos eletrônicos exigidos pela fiscalização federal, estadual, municipal, trabalhista e previdenciária são fidedignas.

Também declaramos:

- (a) que os controles internos adotados pela nossa empresa são de responsabilidade da administração e estão adequados ao tipo de atividade e volume de transações;
- (b) que não realizamos nenhum tipo de operação que possa ser considerada ilegal, frente à legislação vigente;
- (c) que todos os documentos que geramos e recebemos de nossos fornecedores estão revestidos de total idoneidade;
- (d) que os estoques registrados em conta própria foram por nós avaliados, contados e levantados fisicamente e perfazem a realidade do período encerrado em 2018;
- (e) que as informações registradas no sistema de gestão e controle interno, denominado , são controladas e validadas com documentação suporte adequada, sendo de nossa inteira responsabilidade todo o conteúdo do banco de dados e arquivos eletrônicos gerados.

Além disso, declaramos que não temos conhecimento de quaisquer fatos ocorridos no período base que possam afetar as demonstrações contábeis ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.

Também confirmamos que não houve:

- (a) fraude envolvendo administração ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança;
- (b) fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito material nas demonstrações contábeis;
- (c) violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis, ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Atenciosamente,

  
.....  
**CLEITON LIMA PINHEIRO**  
PRESIDENTE  
CPF: 530.094.361-49

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, fundado no dia 05 de dezembro de 1991, com sede em Palmas - TO, é uma entidade sindical, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da categoria de servidores públicos.

A Entidade tem por objetivos:

- I. Congregar e representar os sindicalizados na defesa de seus direitos e interesses, tanto profissionais como de natureza salarial, coletivos e individuais, em qualquer nível, podendo para tanto, intervir e praticar todos os atos na esfera administrativa, judicial ou extrajudicial;
- II. Pugnar pelo aperfeiçoamento profissional e promover a valorização das categorias representadas;
- III. Promover assistência jurídica aos sindicalizados;
- IV. Promover parcerias e convênios com terceiros a fim de beneficiar os sindicalizados com descontos diferenciados;
- V. Buscar a integração com as organizações de trabalhadores em geral, especialmente com as de servidores e empregados públicos federais, estaduais e municipais;
- VI. Promover a divulgação de temas de interesse das categorias, participar de eventos que visem a melhoria e o aperfeiçoamento das categorias representadas;
- VII. Estimular a organização e politização das categorias;
- VIII. Acompanhar todos os procedimentos administrativos, judiciais e extrajudiciais, pertinentes aos sindicalizados, zelando pela regularidade processual, na defesa de direitos compatíveis com o interesse geral das categorias;
- IX. Firmar acordos, convenções com os poderes públicos e instaurar dissídios coletivos perante o judiciário, nos casos pertinentes;
- X. Desenvolver políticas contra quaisquer prática de assédio moral, sexual, discriminação racial, religiosa e homofobia, em toda a extensão das categorias representadas pelo sindicato.

### **2. BASE DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, NBC ITG 2002, a qual trata em específico, dos aspectos contábeis das entidades sem finalidade de lucro, bem como para a convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Observados os aspectos da ITG 1000, bem como os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações Técnicas e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo CFC e ao Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais 1 - unidade de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas, CPC PME, emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), exceto quanto ao critério de avaliação pela totalidade dos ativos classificados no grupo não circulante nas contas imobilizado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir:

2.1 As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras que estão registradas pelo seu valor justo. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas efetuadas pelo Sindicato se referem à constituição de provisões. O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. O ativo circulante está demonstrado em seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

## 2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

		<b>Valor</b>
Caixa		R\$ 60,43
Caixa Econômica Federal C/C		R\$ 5.597,09
Banco Sicredi C/C		R\$ 1,00
Banco do Brasil – Aplicação Financeira I		R\$ 2.156,19
Banco do Brasil – Aplicação Financeira II		R\$ 13.925,78
Banco Sicredi – Aplicação Financeira I		R\$ 20.534,84
Caixa Econômica Federal		R\$ 25,79
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 42.301,12</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

## 2.3 CRÉDITOS A RECEBER

A entidade controla as contas de clientes por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas agregadas de grupo tem a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000. O saldo de Créditos a receber na data de 31/12/2018 é no valor de R\$ 263.404,58 referente aos repasses não realizados pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras Municipais.

## 2.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).



## **2.5 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT**

A Administração efetuou análise estimativa dos grupos no valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, para identificar se o valor contábil do conjunto de bens das unidades geradoras de caixa – estabelecimentos assistenciais e produtivos – é inferior ao valor recuperável. Foram realizados os testes de Impairment nos bens do ativo imobilizado adequando-os à Recuperabilidade dos Benefícios Esperados.

## **2.6 AJUSTE AO VALOR PRESENTE**

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo e títulos de capitalização, conforme o caso foram calculados com base nas taxas de atualização e rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros - valores a receber, adiantamentos, outras contas a receber, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

## **2.7 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS**

O reconhecimento de receitas, custos e despesas na demonstração do resultado é feito com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

## **2.8 IMOBILIZADO**

Os bens móveis e imóveis são avaliados, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção, deduzidas das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua vida útil econômica determinada pelo CPC 27, pelo método linear. A Entidade determinou os limites do Valor Residual de seus bens para fins de adequação ao Valor Recuperável de seus Ativos Patrimoniais.

A entidade não efetivou o processo total de avaliação patrimonial em 2018, por motivos operacionais dados os métodos, recursos empregados, e pelos numerosos itens do imobilizado. A Entidade dispõe de controle do imobilizado satisfazendo suas necessidades atuais com controles internos, gerenciais e contábeis. Há esforços em andamento para modernização do seu controle de imobilizado.

O Imobilizado está apresentado por seus valores originais corrigidos e Ajustados ao Valor Presente até o exercício findo de 2018, com indicação inclusive da Depreciação Acumulada, nas taxas anuais aplicadas conforme os grupos a seguir:

CONTAS	CUSTO TOTAL AJUSTADO	DEPREC. ACUMULADA	IMOBILIZADO LÍQUIDO	% VALOR RESIDUAL	VALOR RESIDUAL	% DEPREC. ANO
Aparelho telefônico	R\$4.857,74	-R\$2.691,36	R\$2.166,38	40%	R\$1.943,10	20%
Computadores e periféricos	R\$101.808,63	-R\$53.768,60	R\$48.040,03	40%	R\$40.723,45	10%
Edificações	R\$939.071,27	-R\$321.942,31	R\$617.128,96	45%	R\$422.582,07	4%
Impressoras e periféricos	R\$32.903,67	-R\$14.811,75	R\$18.091,92	40%	R\$13.161,47	10%
Máquinas e equipamentos	R\$114.358,70	-R\$53.523,71	R\$60.834,99	50%	R\$57.179,35	10%
Móveis e utensílios	R\$204.833,74	-R\$102.416,87	R\$102.416,87	50%	R\$102.416,87	10%
Veículos	R\$312.945,54	-R\$187.767,32	R\$125.178,22	40%	R\$125.178,22	20%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.710.779,29</b>	<b>-R\$736.921,92</b>	<b>R\$973.857,37</b>		<b>R\$763.184,52</b>	

## 2.9 INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	VALOR
Linhas Telefônicas	R\$ 1.422,85
Cotas de Capital – Sicred	R\$ 1.947,60
Terrenos	R\$ 2.289.134,64
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.292.505,09</b>

## 2.10 PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A entidade controla as contas de fornecedores por meio de sistema gerencial, julgado necessário para os controles de duplicatas e vencimentos. As contas são individualizadas e têm a finalidade de simplificar os lançamentos de acordo com a ITG 1000.

## 2.12 PROVISÕES FÉRIAS, 13º SALÁRIO E ENCARGOS

A provisão de férias, 13º Salário, INSS patronal, FGTS e PIS, foram geradas dentro do limite aquisitivo do funcionário, com base em relatórios emitidos pelo sistema de pessoal.

### PROVISÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DE CONTINGENCIAMENTOS, INCLUSIVE JUDICIAIS.

As provisões são reconhecidas quando o Sindicato tem uma obrigação ou direito presente, legal ou não

formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma entrada ou saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos de contingentes judiciais são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa.

## 2.13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social esta entidade é constituído pelos valores originais de Superávit ou Déficit, apurados no final de cada exercício, além de contemplar os ajustes de exercícios anteriores, bem como os reflexos de ajuste de avaliação patrimonial de imóvel.

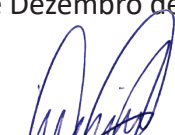
## 3 COBERTURA DE SEGUROS

O SISEPE adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.


## 4 FATOS REVELANTES

Com a aprovação da reforma trabalhistas em Novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria.


Palmas, 31 de Dezembro de 2018.



**CLEITON LIMA PINHEIRO**  
PRESIDENTE  
CPF: 530.094.361-49



**ANTONIO CARLOS CHAVES DA ROCHA**  
DIRETOR FINANCEIRO  
CPF: 446.232.163-49

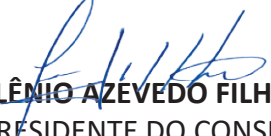


**MARIANA LOPES COSTA**  
CPF: 019.370.691-17  
CRC – TO 4814/O CONTADORA



**VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES**  
SEGUNDO CONSELHEIRO FISCAL  
CPF: 713.397,101-10


**LUIZ SÉRGIO SIMÃO**  
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL  
CPF: 058.695.158-07



**PAULÊNIO AZEVEDO FILHO**  
VICE - PRESIDENTE DO CONSELHO  
CPF: 549.562.181-68



**EDIR PEREIRA DOS SANTOS**  
PRIMEIRO CONSELHEIRO FISCAL  
CPF: 896.981.001-30



**SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA**  
TERCEIRO CONSELHEIRO FISCAL  
CPF: 377.397.351-91

## PARECER TÉCNICO DO CONSELHO FISCAL DO EXERCÍCIO DE 2018

Os membros do Conselho Fiscal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, 35, 36 do Estatuto do SISEPE-TO, por convocação de seu Presidente, reuniram-se no dia 18 de novembro de 2019, na sede do Sindicato, para analisar e emitir parecer técnico sobre o balanço anual do exercício de 2018;

**Considerando** que o art. 79, do Estatuto do SISEPE-TO determina que na Assembleia Geral Ordinária do mês de dezembro será apresentado o balanço anual com as demonstrações financeiras e demais documentos do exercício financeiro do ano anterior e Parecer Técnico do Conselho Fiscal.

**Considerando** que a Diretoria Executiva cumpriu os prazos previstos no art. 78 e § 1º do art. 79 do Estatuto do SISEPE-TO;

**Considerando** que ao analisar mensalmente as demonstrações financeiras do exercício de 2018, o Conselho Fiscal, juntamente com a Contabilidade deste Sindicato, constatou a legalidade sobre todas as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras e patrimoniais;

**Considerando** que ao analisar o balanço anual do exercício de 2018 e demonstrações financeiras, conforme determina o §2 do art.35 do Estatuto do Sindicato;

**Considerando** ainda que ao longo do ano de 2018, verificou-se que todas as demonstrações financeiras e patrimoniais se mostraram adequadas às práticas contábeis adotadas pela legislação vigente, pela determinação e artigo 551, § 8º da CLT, bem como atestamos a correta aplicação dos recursos em todos os meses do ano de 2018.

**Considerando** que foram cumpridos os prazos previstos no Estatuto no SISEPE-TO, em relação às prestações de contas dos meses de: Janeiro – SEM RESSALVAS; Fevereiro – SEM RESSALVAS; Março – SEM RESSALVAS; Abril – SEM RESSALVAS; Maio – SEM RESSALVAS; Junho – SEM RESSALVAS; Julho – SEM RESSALVAS; Agosto – SEM RESSALVAS; Setembro – SEM RESSALVAS; Outubro – SEM RESSALVAS; Novembro – SEM RESSALVAS e Dezembro – SEM RESSALVAS.

**Considerando** que esta prestação de contas ainda encontrava-se em curso do Conselho anterior, foi realizada a votação nominal pelos conselheiros fiscais presentes e atuais. O Presidente do Conselho Fiscal, **Paulênio Azevedo Filho**, declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2018. O Vice-Presidente e Relator do Conselho Fiscal, **Edir Pereira dos Santos**, declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2018. O Segundo Conselheiro Fiscal, **Vagner Castro Andrade Linhares**, declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2018. O Terceiro Conselheiro Fiscal, **Sebastião Carlos Pereira da Silva**, declarou o voto pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do SISEPE/TO referente ao ano de 2018.

Desse modo, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação deste Parecer Técnico, pela Assembleia Geral Ordinária, das demonstrações financeiras e patrimoniais do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins – SISEPE-TO, relativas ao exercício de 2018 sem ressalvas.

É o parecer.

Submete-se, à apreciação e votação deste Parecer Técnico do Conselho Fiscal, pela Assembleia Geral Ordinária.

Palmas -TO, Terça feira, 30 de julho de 2019

  
**Paulênio Azevedo filho**

Presidente do Conselho Fiscal do SISEPE-TO

  
**Edir Pereira dos Santos**

Vice-Presidente / Relator do Conselho Fiscal do SISEPE-TO

  
**Vagner Castro Andrade Linhares**

2º Conselheiro / Conselho Fiscal do SISEPE-TO

  
**Sebastião Carlos Pereira da Silva**

3º Conselheiro / Conselho Fiscal do SISEPE-TO

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos usuários do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS – SISEPE-TO

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS – SISEPE-TO - que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS NO ESTADO DO TOCANTINS de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota 5. FATOS REVELANTES. Com a aprovação da reforma trabalhistas em novembro de 2017, determinando fim da contribuição sindical compulsória, o SISEPE-TO vem adotando várias medidas administrativas, como contenção de gastos, visando não prejudicar as atividades do Sindicato voltadas para a categoria. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Entidade de manter a sua continuidade nos mesmos moldes operacionais atuais. Na nota ainda menciona os esforços da Entidade em se adequar de forma operacional. Podemos ressaltar que por meio de decisões estratégicas dos membros da Diretoria no contexto operacional é possível que a Entidade prossiga suas atividades de forma satisfatória mesmo com cortes de receitas relevantes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causa por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação dos políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa

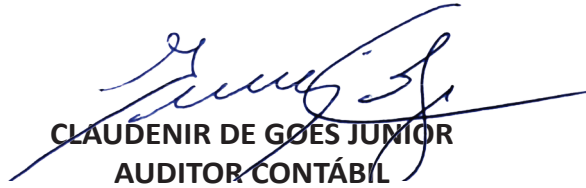
devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Fatos Relevantes, descritos nas Notas Explicativas 5. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não devesse ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Palmas-TO, 24 de maio de 2019.

  
**CLAUDENIR DE GÓES JÚNIOR**  
**AUDITOR CONTÁBIL**  
CRC TO 003314/0/8

## GESTÃO DO QUADRIÊNIO 2018-2022

**CLEITON LIMA PINHEIRO**  
Presidente

**MILTON GOMES DA ROCHA**  
Vice-presidente

**MARINHO CARDOSO VALENÇA**  
Secretário Geral

**ROGÉRIO RODRIGUES RANGEL**  
Suplente de Secretário Geral

**ANTÔNIO CARLOS CHAVES DA ROCHA**  
Diretor Financeiro

**WHEBSTOH BARROS DE CARVALHO**  
Suplente de Diretor Financeiro

**EDVAN BARREIRA GOMES**  
Diretor Administrativo

**MANOEL MESSIAS VIANA DA CONCEIÇÃO**  
Suplente de Diretor Administrativo

**CLAYRTON CLEIBER DA SILVA CARNEIRO XAVIER**  
Diretor de Assuntos Jurídicos

**MANOEL RODRIGUES CUNHA JÚNIOR**  
Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos

**ANA MARIA CORTES FRANCO**  
Diretora de Comunicação e Relações Públicas

**JESSÉ MENEZES BARROS**  
Diretor de Assuntos Municipais

**WILSON DIAS DOS SANTOS**  
Suplente de Diretor de Assuntos Municipais

**LUIZ CARLOS BENEDITO**  
Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional

**JAIRO COSTA RIBEIRO**  
Suplente de Diretor de Formação Técnica e Qualificação Profissional

**ANTÔNIO SALES COUTINHO**  
Diretor de Assuntos Parlamentares

**DJALMA RODRIGUES PEREIRA**  
Suplente de Diretor de Assuntos Parlamentares

**JOSÉ TORRES DA COSTA**  
Diretor de Aposentados e Pensionistas

**VENI RIBEIRO SOUSA**  
Suplente de Diretor de Aposentados e Pensionistas

**RORILÂNDIO NUNES DOS SANTOS**  
Diretor de Assuntos Regionais da Região Central

**JOSÉ DA COSTA ALVES**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Central

**ALISSON ALMEIDA ROLIM**  
Diretor de Assuntos Regionais da Região Centro-Sul

**JOSÉ MARIA DE ARAÚJO FILHO**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Centro-Sul

**JOÃO GUALBERTO LOPES LIMA**  
Diretor de Assuntos Regionais da Região Sul

**BENEVALDO SIEL DOS SANTOS**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Sul

**ROMILSON FERREIRA COSTA**  
Diretor de Assuntos Regionais da Região Sudeste

**LUCIANA CARDOSO MONTEIRO DE CERQUEIRA**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Sudeste

**OSAMAR MARTINS FERNANDES**  
Diretor de Assuntos Regionais da Região Norte

**ANA CÉLIA SILVA**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região Norte

**VANÚSIA MACHADO DE OLIVEIRA CARNEIRO**  
Diretora de Assuntos Regionais da Região do Bico do Papagaio

**EDILSON NASCIMENTO DA SILVA**  
Suplente de Diretor de Assuntos Regionais da Região do Bico do Papagaio

## DIRETORIA DE BASE

**JUSLEY CAETANO DA SILVA**  
Diretor de Base no Naturatins

**ZANONY ARAÚJO DE SOUZA**  
Diretor de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça

**VANUZA SANTOS NERES ROCHA**  
Vice-diretora de Base na Secretaria da Cidadania e Justiça

**PAULO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**  
Diretor de Base da Saúde

**JOSÉ VALTO ALVES DOS SANTOS**  
Vice-diretor de Base da Saúde

**VALÉRIA PEREIRA MOTA**  
Diretor de Base de Tecnologia de Informação

## CONSELHO FISCAL

**PAULÊNIO AZEVEDO FILHO**  
Conselheiro Fiscal Efetivo – Presidente e relator

**VÁGNER CASTRO ANDRADE LINHARES**  
Conselheiro Fiscal Suplente – 2º Conselheiro Fiscal

**LUIS SÉRGIO SIMÃO**  
Conselheiro Fiscal Efetivo – Licenciado

**SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA**  
Conselheiro Fiscal Suplente – 3º Conselheiro Fiscal

**EDIR PEREIRA DOS SANTOS**  
Conselheiro Fiscal Efetivo – Licenciado